

Editorial

O Direito como fenômeno social é instrumento em contínuo processo de mutação. As relações da vida, ao serem constituídas como relações jurídicas, sofrem a ingerência do legislador. Neste processo, o que era pode deixar de ser e o que foi pode voltar a ser. As experimentações legislativas revelam-se, por vezes, ineficazes ou mesmo maléficas para a organização social. Assim, o que a regra proibia ontem, pode ser permitido hoje, e o antes permitido, pode ser hoje proibido.

Neste contexto o debate deve considerar sempre o todo, isto é, pequenas mudanças no texto de um artigo legal podem representar grandes alterações na ordem jurídica e no comportamento social.

É nesta direção que os artigos dados a público neste volume apontam. Alertam para o novo e a necessária reflexão sobre as escolhas e os possíveis caminhos.

Os temas abordados neste volume tratam de Direito Internacional Público (*Cidadania europeia – uma verdadeira e própria cidadania? e Cidanía e globalização: quem somos e para onde vamos?*), Direito Bioético (*Pesquisas com células-tronco embrionárias: limites éticos e jurídicos*), Direito Processual Civil (*A tutela preventiva na concretização do Estado Democrático de Direito*), Direito de Família (*O afeto como reconhecimento da filiação*), direitos humanos (*Globalização e soberania: um convite ao diálogo sobre os direitos humanos e o papel do Estado*) e Direito Constitucional (*Materialidade constitucional: a contribuição dos princípios e a necessária superação do formalismo e O conhecimento constitucional como forma de acesso à Justiça mediante a metodologia da profanação*).

Boa leitura.

Sérgio Luís Leal Rodrigues

Presidente do Comitê Editorial

Coordenador do Núcleo Administrativo de Pesquisa e Divulgação - NAPD